

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 6.696, DE 2009**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, no que toca a esteroides androgênicos ou peptídeos anabólicos, na forma desta lei.

**Autor:** Deputado Capitão Assunção

**Relator:** Deputado Camilo Cola

## **I - RELATÓRIO**

O PL nº 6.696/2009, ora em análise, visa a ampliar o controle sobre a dispensação e venda dos esteroides androgênicos ou peptídeos anabólicos, mediante acréscimos ao texto da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006: ao art. 1º, para considerar como drogas as substâncias citadas, e ao art. 33, para incluir o ato de fornecê-las, a qualquer título, sem apresentação e retenção de cópia da prescrição emitida por médico ou dentista entre as infrações sujeitas a cominação legal.

O autor justifica a iniciativa por crer necessário coibir a circulação daquelas substâncias, facilmente adquiridas e utilizadas sem critério por jovens em busca de aprimoramento da forma física a qualquer custo, frequentemente com consequências desastrosas para sua saúde.

A proposição foi encaminhada em regime de tramitação ordinária às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), com apreciação conclusiva pelas Comissões. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II - VOTO DO RELATOR

A iniciativa do nobre par é indiscutivelmente imbuída de grande mérito e interesse em relação à saúde pública. Os esteroides, não sendo drogas ilícitas, têm indicações precisas quando utilizadas sob prescrição médica. Ocorre que o culto ao corpo, tão disseminado e exacerbado em nossos dias, leva grande número de jovens a ignorar os riscos de introduzir em seus corpos essas substâncias, sem indicação e portanto de forma não plenamente segura, em busca de resultados de curto prazo, com consequências não raro desastrosas. É necessário, sem dúvida, cercear a possibilidade de obter esteroides sem prescrição.

Entretanto, no trabalho legiferante é necessário avaliar rigorosamente a adequação das medidas e instrumentos de modo a aprimorar o nosso ordenamento jurídico, evitando contradições e redundâncias que podem na prática dificultar a compreensão da sociedade e o trabalho dos operadores do direito.

No caso em tela, observamos que a Lei nº 11.343/06, que se pretende alterar, é um instrumento bem elaborado e que propositadamente não faz referência a nenhuma droga específica, prevendo em seu art. 1º, § 1º, a edição periódica de listas pelo Poder executivo. Desta forma, a lei não precisa ser revista caso surja uma droga nova, ou caso determinada substância passe a ser considerada droga ilícita. Acrescer um parágrafo referindo-se aos esteroides na verdade alteraria o equilíbrio no texto legal, sem efeito real, uma vez que a Resolução RDC nº 70, de 22 de dezembro de 2009, da Anvisa, que estabeleceu a última atualização da lista de drogas sujeitas a controle, já inclui as substâncias anabolizantes (lista C5).

No tocante ao controle da dispensação e fornecimento de anabolizantes, já existe em nosso ordenamento a Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que estabelece: 1) o fornecimento de anabolizantes está restrito à retenção de cópia de receita, com a identificação do médico ou dentista, endereço e telefone profissionais e codificação da doença conforme o Código Internacional de Doenças; 2) a inobservância configura infração sanitária, sujeita à penalidades inerentes sem prejuízo das demais sanções civis e penais.

Observamos, portanto, que infelizmente o que falta para coibir a venda e o uso indevido dos esteroides anabolizantes é, verdadeiramente, uma maior fiscalização por parte das autoridades competentes, e não novas disposições legais.

Desta forma, apresentamos nosso voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.696, de 2009.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado Camilo Cola  
Relator